

“A Alemanha Acima de Tudo”: O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão - 1890-1914

“Germany Above All”: Nationalism as a Tool for German Imperialism - 1890-1914

Bruno Pimenta Starling

Mestrado em Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

starlingbp@gmail.com

Recebido em: 13/10/2021

Aprovado em: 16/11/2021

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar como a Alemanha, entre 1890 e 1914, utilizou o nacionalismo como forma de viabilizar sua política externa. O esforço para identificar os interesses do Estado como interesses da nação foi realizado com o intuito de extrair recursos sociais, políticos e econômicos para a execução da *Weltpolitik*. Esta foi uma ideia imposta do Estado para a sociedade, de tal maneira que houvesse a sensação de unidade e coesão nacional entre a população e o governo alemães. Apoiamos nos conceitos de nação e nacionalismo conforme propostos por Benedict Anderson e Eric J. Hobsbawm, bem como na teoria realista neoclássica das Relações Internacionais, que nos fornecem os instrumentos necessários para a nossa pesquisa. Como fontes, nos debruçamos em discursos políticos, testemunhos e documentos oficiais do período, como, por exemplo, a Constituição do Império Alemão.

Palavras-chave: Alemanha, nacionalismo, imperialismo.

Abstract: The objective of this paper is to show how Germany, between 1890 and 1914, used nationalism as a way to make its foreign policy viable. The effort to identify the State's interests as the interests of the nation was carried out in order to raise social, political and economic resources for the execution of the *Weltpolitik*. This was a top down idea, imposed from State to society, in such a way that there was a sense of unity and national cohesion between the German population and the government. We rely on the concepts of nation and nationalism as proposed by Benedict Anderson and Eric J. Hobsbawm, as well as on the International Relations neoclassical realist theory, which provide us with the necessary instruments for our research. As sources, we look into political

speeches, testimonies and official documents of the period, such as the Constitution of the German Empire.

Keywords: Germany, nationalism, imperialism.

Introdução

Parece não haver momento mais propício para retomar a discussão sobre o nacionalismo anterior à Primeira Guerra Mundial do que agora, no início do século XXI. Situações como o fechamento de fronteiras nacionais – seja devido à crise dos refugiados, seja com o intuito de conter a disseminação do novo coronavírus, agente causador da COVID-19 – e a ascensão de governos nacionalistas autoritários em diversas partes do mundo surgem como catalisadores de comparações entre o período pré-1914 e a atual conjuntura global. Essa onda nacionalista autoritária tomou de assalto alguns países europeus, como a Turquia e a Hungria, e também alcançou outras partes do mundo, como os Estados Unidos o Brasil e a Índia, dentre outros. No século XXI, o nacionalismo autoritário ganha ares populistas, e seus representantes visam a reafirmar a primazia da nação sobre o internacional, a identidade nacional e a estabilidade econômica em detrimento da diversidade e pluralidade propostas pela globalização (EATWELL & GODWIN, 2020).

Outros fatores também foram mencionados por pesquisadores como Oliver Stuenkel (2018), por exemplo, que vê numa eventual ascensão nacionalista na China o principal motivo de preocupação rumo a um conflito entre grandes potências. Por sua vez, Aaron Friedberg (2012), de certa forma retomando criticamente o trabalho de Norman Angell (2002) publicado no início do século passado, considera que, a exemplo da virada do século XIX para o XX, as consequências pacificadoras do comércio internacional não devem ser levadas a sério. Pelo contrário, o comércio seria um potencial veículo de atrito.

Desta forma, assim como aconteceu em 1914 com o equilíbrio de poder na Europa e o despertar do conflito mundial, a ordem global contemporânea dominada pelo Ocidente parece entrar

em colapso, já que vê seus valores contestados por movimentos sociopolíticos de amplo espectro, como o pensamento decolonial, e pela ascensão de potências emergentes, como a China – por vezes comparada à Alemanha Guilhermina (STUENKEL, 2018). Nesse sentido, o recrudescimento de um nacionalismo exaltado e xenofóbico, num movimento de reação às contestações supramencionadas, e a disputa pelo mercado global intensificada por uma crise econômica de larga escala que parece não encontrar seu fim, são motivos suficientes para despertar nossa atenção para alguns elementos da conjuntura anterior à eclosão da Primeira Guerra Mundial (CHESNEY, 2020).

À luz desses acontecimentos recentes, o estudo do nacionalismo adquire nova relevância nos estudos históricos. Neste contexto, o interesse pelo nacionalismo alemão da virada do século XIX para o XX é uma vez mais mobilizado, desta feita devido a preocupações e abordagens despertadas por questões contemporâneas, vinculadas ao tempo presente, como não poderia deixar de ser numa abordagem historiográfica.

É a partir do último quartel do século XIX, e especialmente na virada para o século XX, que Eric J. Hobsbawm (2011) assinala uma mudança radical na ideia de nacionalismo em toda Europa, que passa a destacar o elemento linguístico e ganha contornos raciais e xenofóbicos sob influência de teorias eugenistas e pseudocientíficas, como o darwinismo social. Assume, também, amparado por uma maior democratização da política, um caráter mais popular, de mobilização de massas, que alcança especialmente os estratos médios e baixos da população. O papel do Estado-nação, fenômeno sociopolítico do século XIX e transformador do Estado em uma estrutura administrativa moderna, mobilizadora e influenciadora de cidadãos, ajuda a explicar a disseminação do nacionalismo pelas “camadas populares”.

Trata-se, também, de um período em que países como França e Grã-Bretanha, principalmente, passam a almejar um expansionismo imperialista e comercial, de forma a aumentar o seu poder e estender sua influência, disputando mercados e territórios nos quatro cantos do globo. A mobilidade se torna subjacente e ondas migratórias envolvem todos os continentes. A

industrialização se propaga por um maior número de Estados-nação que, por sua vez, intensificam o controle de suas fronteiras em termos práticos e ideológicos. Um período em que, podemos afirmar, o mundo conheceu sua primeira globalização do tipo moderno (CONRAD, 2010-I). Trata-se, de acordo com famosa formulação de Eric J. Hobsbawm (2016), da *Era dos Impérios*.

A Alemanha de Guilherme¹ II não foi apenas mero integrante, mas parte crucial do desenrolar deste processo. Recém-estabelecida como nação e recém-promovida ao status de potência europeia, os alemães, sob Otto von Bismarck², chanceler³ entre 1871 e 1890, alcançam um grau de coesão interna suficiente e se consideram preparados para alçar voos mais altos. Tendo partido atrasado na “corrida imperialista”, nas palavras de Bernhard von Bulow, chanceler alemão entre 1900 e 1909, o Império alemão almeja alcançar seu “lugar ao sol”.

Nesse sentido, o propósito deste trabalho é demonstrar como o Estado Imperial alemão, no período guilhermino (1890-1914), utilizou o nacionalismo como ferramenta de mobilização popular para alcançar objetivos imperialistas desenvolvidos por uma política externa expansionista e ambiciosa, denominada *Weltpolitik* (em tradução livre: política mundial), que visava ampliar as ações da Alemanha para além do continente europeu. As fontes utilizadas em nossa pesquisa são principalmente os documentos oficiais do Estado Imperial Alemão, como sua Constituição, discursos proferidos pelos líderes da *Weltpolitik*, como o do chanceler Bernhard von Bulow, e testemunho de diplomatas estrangeiros na Alemanha, como o memorando Crowe.

¹ Guilherme II (1859-1941) foi imperador da Alemanha de 1898 até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Dotado de um caráter belicoso, percebia a Alemanha como uma potência “adormecida”, cujo potencial ainda não havia sido de todo aproveitado. Liderou a Alemanha rumo a uma política internacional belicista, abandonando a política de *détente* utilizada por Bismarck.

² Otto von Bismarck (1815-1898) foi o grande arquiteto da unificação alemã sob a liderança da Prússia, concluída em 1871, após a vitória sobre a França de Napoleão III. Grande diplomata e articulador político, foi primeiro-ministro da Prússia antes da unificação, tornando-se, com a criação do Império Alemão, o 1º chanceler da Alemanha. Esta posição lhe deu poderes suficientes para a construção de uma política nacional com vistas ao estabelecimento de uma nação alemã internamente forte e coesa.

³ Na Alemanha Imperial, o termo chanceler designava o chefe de governo. Outra denominação para o cargo era a de ministro-presidente, muito similar ao que hoje conhecemos como primeiro-ministro.

Assim sendo, por meio da mobilização das fontes e dos conceitos de nacionalismo e imperialismo, e apoiados na teoria realista neoclássica das Relações Internacionais sobre mobilização e extração de recursos sociais, trataremos de responder as seguintes perguntas: (1) Quais foram as estratégias utilizadas pelo Império alemão para desenvolver sua política externa expansionista? (2) Como o Estado conseguiu angariar poder e influência necessários para implementação desta política? (3) Finalmente, como o Estado alemão conseguiu instrumentalizar o nacionalismo de tal maneira que o transformasse em uma ferramenta de uma política externa imperialista?

Extração e Mobilização de Recursos Sociais: instrumentalizando o nacionalismo

Nossa problematização do nacionalismo perpassa os trabalhos, já clássicos, de Eric J. Hobsbawm (2011) e Benedict Anderson (2008). Contudo, não deixamos de nos apoiar em obras que tratam mais especificamente da Alemanha e do nacionalismo alemão, como, por exemplo, os trabalhos de Sebastian Conrad (2010-I; 2010-II) e Roger Chickering (2010) dentre outros. Conrad, assim como Osvaldo Coggiola (2009), também nos auxiliará na compreensão do imperialismo moderno.

De acordo com Hobsbawm (2011), nação e nacionalismo, no sentido moderno dos termos, são fenômenos relativamente recentes, originados na virada do século XVIII para o XIX. O nacionalismo é um princípio que agrega valores como dever cívico e político para com a nação acima de qualquer outro compromisso ideológico ou obrigação pública. Um sentimento de pertencimento a uma entidade nacional (o Estado), que sustente, de forma congruente, certa identidade e unidade política. Por sua vez, a nação seria uma entidade específica de determinado período histórico que adquire significado apenas quando relacionada ao Estado-nação. É um fenômeno dual, construído de cima para baixo, que, contudo, carece de explicação a partir de baixo, dado que seu caráter se torna paulatinamente mais popular. Para Hobsbawm (2011), nações não geram Estados ou nacionalismos, mas sim o oposto.

Já Benedict Anderson (2008) considera a nação uma “comunidade imaginada”. Inspiradas em “mitos de origem” previamente selecionados, nacionalidades são construídas num longo processo de mitificação e construção de uma memória coletiva e afetiva. Nesse sentido, o sentimento nacional estaria mais próximo ao conceito de “parentesco” ou “religião” do que de ideologias como o socialismo ou liberalismo. Assim sendo, a ideia de “comunidade imaginada” é que dá origem ao caráter fraterno e afetivo presente no nacionalismo. A nação seria uma comunidade simbólica, pensada de cima para baixo, e construída pelo nacionalismo por meio do desenvolvimento de uma educação linguística nacional e de instrumentos técnicos de persuasão, especialmente a imprensa (livros, romances, jornais e revistas). Daí advém seu caráter inicialmente elitista. Também recorreremos à concepção de “nacionalismo oficial”, originário de uma reação aristocrática por parte dos Estados dinásticos contra “os movimentos nacionais populares que proliferavam na Europa desde os anos 1820” (ANDERSON, 2008, p. 131).

Oswaldo Coggiola (2009) identifica a emergência do imperialismo de meados do século XIX com a busca de mercados para o escoamento de produtos europeus, estacionados em uma Europa saturada e que atravessava grave crise econômica vinculada à superprodução. Sebastian Conrad (2010-I) entende, contudo, que o processo colonial deste período não se resumia apenas a questões econômicas. Isso porque houve mudanças de objetivo e na compreensão europeia do processo de exploração colonial. Os europeus haviam “descoberto” o mercado e a população locais e visavam alcançá-los e “modernizá-los” por meio de “missões civilizatórias”. Nesse sentido, a expansão colonial do período não se detinha na dominação militar e exploração econômica do território, tratava-se, também, de um projeto de dominação cultural, no qual o imaginário colonial representava importante papel.

Oswaldo Coggiola (2009) considera que o período entre 1890 e 1914 foi de redefinição e redistribuição do poder mundial, com a perda de vantagem comparativa por parte da Grã-Bretanha e a emergência de novos e importantes atores, principalmente Estados Unidos e Alemanha. Três

fatores são cruciais para explicar este período: (1) a Unificação Alemã, seu crescimento populacional e, conseqüentemente, de seu mercado interno; (2) a emigração em massa da Europa para os Estados Unidos; e (3) a perda de competitividade relativa da indústria inglesa.

Diante deste contexto, para entendermos como a Alemanha se organizou para participar do processo de expansão imperialista, nos apoiaremos em alguns conceitos da escola realista neoclássica das Relações Internacionais. Ela define o poder relativo do Estado como a capacidade e a habilidade estrutural de um governo em angariar os recursos de uma sociedade para utilizá-los de acordo com seus propósitos. Segundo Rose (1998):

[...] os líderes nacionais podem não ter fácil acesso aos recursos de poder totais de um país. Uma vez levantada, a noção de que análises de poder internacional devem levar em consideração a habilidade dos governos em extrair e direcionar os recursos de suas sociedades parece quase óbvia, e, na verdade, ela simplesmente envolve a incorporação de variáveis que são rotina em outros campos da ciência política nas teorias de Relações Internacionais. (ROSE, 1998, pp. 161, tradução nossa⁴).

Conseqüentemente, o que realmente importa é o poder que o Estado possui e não necessariamente o poder nacional. O poder do Estado é a porção do poder nacional que determinado governo consegue extrair e direcionar para a realização de seus objetivos. Nesse sentido, os Estados buscam realocar recursos sociais, que porventura seriam gastos em consumo, para a segurança nacional e para o desenvolvimento de seu poder bélico. A política externa, portanto, é guiada não pela nação, mas pelo governo, que depende da sua capacidade em instrumentalizar os supracitados recursos sociais em benefício de suas pretensões (RATHBUN, 2008.)

Assim, como o Estado pode instrumentalizar o nacionalismo, compreendido como um recurso social, de forma a transformá-lo numa ferramenta em prol do desenvolvimento de uma política externa? A ideia reside, essencialmente, em identificar os objetivos do Estado com os anseios

⁴ Texto original: “[...] national leaders may not have easy access to a country’s total material power resources. Once raised, the notion that international power analysis must take into account the ability of governments to extract and direct the resources of their societies seem almost obvious, and in fact it simply involves incorporating into international relations theory variables that are routine in other subfields of political science”.

da população, transformando-os no que o Estado promoveria como “interesse nacional”. Essa harmonização entre objetivos estatais e populares permite ao Estado ampla margem de manobra, uma vez que justifica suas ações em nome do bem comum e da glória da nação. Contudo, bem entendido, trata-se na verdade do próprio interesse do Estado e de sua classe governante.

Na formação do seu modelo de extração e mobilização de recursos, Jeffrey Taliaferro (2009) enfatiza a influência do nacionalismo na composição do poder do Estado. O nacionalismo patrocinado pelo Estado tende a facilitar a extração e mobilização de poder, uma vez que ele proporciona maior coesão entre os líderes e a sociedade, aproximando os objetivos do Estado aos objetivos da sociedade enquanto nação. Para que o nacionalismo seja realmente um facilitador da capacidade do Estado em extrair e mobilizar recursos, ele não pode ser um nacionalismo de caráter separatista, como aquele manifestado por alguns movimentos nacionalistas do Império Austro-Húngaro, em fins do século XIX e princípio do XX, ou como o atual movimento pela independência da Catalunha. Ele deve ter o intuito de fortalecer a coesão interna em face dos adversários externos. Por isso, enfatiza a expressão “nacionalismo patrocinado pelo Estado” (TALIAFERRO, 2009, s.p., tradução nossa⁵) como o tipo de nacionalismo que realmente permite o fácil acesso aos recursos necessários para aumentar o poder estatal. Trata-se de uma ideia que dialoga, em algumas experiências, com a concepção de Anderson (2008) sobre o “nacionalismo oficial”.

Hobsbawm (2011, p. 21) salienta que “as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles”. Contudo, o Estado, ao instrumentalizar e coordenar o sentimento nacionalista, reveste-se da legitimidade proposta pelo “interesse nacional”, transformando o interesse do Estado no interesse do cidadão. Trata-se da coesão nacional almejada por Bismarck, tão necessária para o desenvolvimento da política externa do período guilhermino (ZAHREDINNE; STARLING, 2020). O ponto é que o nacionalismo deve exercer tal preponderância sobre a lealdade dos indivíduos de

⁵ Texto original: “state-sponsored nationalism”.

forma que outras identidades de grupo, como partidos políticos, ideologias ou regionalismos, não consigam superar o sentimento nacional.

É assim que o Estado consegue justificar a nacionalização de bancos e indústrias-chave, o apoio a empresas nacionais e empréstimos a nações estrangeiras para realização de obras no exterior, o desenvolvimento de políticas de caráter expansionista e bélico-militaristas, a intervenção direta na economia e a intensificação da cobrança de impostos, taxas e expropriações com vistas à transformação direta de recursos sociais em poder militar e econômico do Estado.

Vale ressaltar que tal coesão nacional não significa unanimidade política, mas simplesmente um sentimento de pertencimento a um determinado país, uma identificação sociocultural proporcionada pela língua, pela educação, pela cultura e pelo Estado, responsável por desenvolver a força-motriz necessária para que a população ultrapasse obstáculos e diferenças regionais, políticas, étnicas e/ou econômicas de forma a se mobilizar em prol de um objetivo mais amplo e de cunho nacional. Quer dizer que a população está disposta a fazer sacrifícios que ultrapassem essas diferenças, na medida em que a maioria dos indivíduos e dos grupos sociais enxerga a legitimidade das instituições estatais.

Em geral, nacionalismos patrocinados pelo Estado tendem a aumentar a coesão social e a propensão dos indivíduos a se identificarem com o Estado, o que, em troca, facilita os esforços dos líderes em extrair e mobilizar recursos da sociedade, tendo em vista os objetivos de segurança nacional. (TALIAFERRO, 2009, p. 219, tradução nossa⁶).

Portanto, a teoria realista neoclássica das Relações Internacionais pondera que a construção de uma identidade nacional é crucial para a formação de uma nação coesa. Por sua vez, tal coesão mostra-se extremamente importante para a implementação da política externa do Estado, uma vez que possibilita a identificação dos interesses da população com os do Estado, entendidos como “interesse nacional”. Assim sendo, tendo em vista o alcance de seus objetivos de política externa, é

⁶ Texto original: “In general, state-sponsored nationalism tends to increase social cohesion and the propensity of individuals to identify with the state, which in turn facilitates leaders’s efforts to extract and mobilize resources from society for national security goals”.

interessante para o Estado estimular o nacionalismo de forma a aumentar suas possibilidades de sucesso e alcançar uma harmonia entre os objetivos do Estado e os anseios populares (TALIAFERRO, 2009). O nacionalismo patrocinado pelo Estado é, portanto, fundamental para as ações externas de um país, uma vez que lhe proporciona a segurança e a sintonia internas necessárias para empreender internacionalmente e permite que a população identifique os objetivos do “interesse nacional” como seus próprios. Dada a coesão por ela proporcionada, tal identidade é que fornece, segundo Taliaferro (2009), os elementos que facilitam a extração e a mobilização de recursos sociais.

Militarismo e educação na transformação do nacionalismo alemão

Benedict Anderson (2008) demonstra que a construção de uma nação perpassa pelas ideias de uma elite letrada, cuja influência é transmitida por meio de jornais, revistas e livros. O nacionalismo, desta forma, é inicialmente elitista, e procura em mitos de origem dar significado à ideia de nação. Por sua vez, Hobsbawm (2011), em certa consonância com Anderson, salienta que a linguagem não é indispensável para a construção do nacionalismo. Contudo, é inquestionável que ela foi a âncora de alguns deles. Diante da inexistência de um Estado alemão forte e independente, o nacionalismo alemão da primeira metade do século XIX amparou-se na influência da elite letrada de língua alemã: “a língua era o único indicador adequado da nacionalidade, um argumento ajustado ao nacionalismo alemão desde que os germânicos estavam amplamente distribuídos na Europa central e oriental” (HOBSBAWM, 2011, p. 32).

Após a Unificação de 1871, Otto von Bismarck, como chanceler do Império Alemão, assume para si a tarefa de construção da nação baseada no Estado e no nacionalismo semeado pela elite de língua alemã no período imediatamente anterior. Visava à coesão nacional, que proporcionaria os meios adequados à formação da nação alemã e sua posterior afirmação. Por meio da educação pública e de outros mecanismos burocrático-administrativos, um dos procedimentos utilizados por Bismarck foi a implementação de um nacionalismo de Estado – ou nacionalismo oficial na definição

de Benedict Anderson (2008) – construído com base no ataque às minorias nacionais presentes no território do recém-fundado Império, como franceses, dinamarqueses, mas, especialmente, poloneses.

Já no período de Guilherme II, o nacionalismo alcança camadas mais populares e não mais se restringindo às elites responsáveis pela sua construção. O resultado, que já poderia ser sentido no final da década de 1880, foi a formação de uma identidade baseada na diferenciação do outro e na superioridade da civilização alemã (CONRAD, 2010).

Como vimos, uma nação coesa, em que impera uma forte identidade nacional, é terreno propício para a extração e mobilização de recursos sociais. A educação e o militarismo foram instrumentos de suma importância para a afirmação de uma coesão nacional no período de Bismarck. Sob Guilherme II, as instituições nacionais – especialmente as militares e as escolas – atuavam como protagonistas na criação de uma base popular nacionalista, tais como a imprensa e uma enxurrada de associações nacionais (CONRAD 2010-I). No período guilhermino, educação e militarismo seriam mobilizados como apoio à implementação e à legitimação da *Weltpolitik*.

O militarismo nacionalista “[...] agiu como uma ponte ideológica para as ideias imperialistas que começavam a se espalhar entre a burguesia nacionalista liberal” (BERGHAIN, 2005, p. 205, tradução nossa⁷). Roger Chickering (2010, p. 201) chega a mencionar uma “cultura militarizada do patriotismo”, graças especialmente ao desenvolvimento e crescimento da influência de grupos de pressão, organizados a partir da década de 1890. Eram muito ligados a ideologias nacionalistas, racistas, xenofóbicas, colonialistas e de exaltação do germanismo.

O Estado foi o principal responsável pela militarização da cultura alemã. Segundo Chickering (2010), promoveu uma militarização sistêmica dos símbolos do Império: o dia nacional da Alemanha era comemorado no dia dois de setembro, data da vitória da Prússia sobre a França, em Sedan, no contexto da Guerra Franco-Prussiana, cujo desfecho selou a concretização do Império Alemão; a canção *Deutschland über Alles* (a Alemanha acima de todos) foi utilizada como hino de exaltação

⁷ Texto original: “[...] acted as an ideological bridge to imperialist ideas that began to spread among nationalist-liberal bourgeoisie”.

nacionalista (HOBSBAWM, 2016). Essa conexão dos valores militares às questões públicas e de Estado fortaleceram o Poder Executivo e burocrático na Alemanha (CHICKERING, 2010).

Na Alemanha, o setor militar exerceu forte influência nas tomadas de decisão e na formação da opinião pública, representando a maior fonte de orgulho da nação alemã (CHICKERING, 2010). Esse orgulho pelas forças armadas tem relação direta com o poder do Estado, já que na Alemanha os militares respondiam diretamente ao *kaiser*, também responsável pelas relações internacionais do Império, pela declaração de guerra e acordos de paz, de acordo com o previsto na Constituição do Reich.

A preeminência do militar na sociedade tem a ver com o fato de que grande parte dos alemães, graças à política de coesão nacional promovida por Bismarck, acompanhava o Estado em sua leitura do sistema internacional e o papel protagonista a ser alcançado pela Alemanha no que tange às ambições imperialistas. Os valores e virtudes conectados ao serviço militar, como disciplina, obediência, submissão, serviriam como guia para a glória máxima da nação alemã. Esses valores foram externados por Diederich Hessling, personagem principal de *O Súdito*, romance de Heinrich Mann, que divaga a respeito do *kaiser* e do Estado alemão:

Lá, sobre o cavalo, cavalgava o Poder [...] O Poder que passa sobre nós e cujos cascos nós beijamos! Que passa por cima da fome, da teimosia e do escárnio! Contra o qual nada podemos, pois nós todos o amamos! Que temos no sangue, porque nele corre nossa submissão (MANN, 2014, p. 79).

Essa cultura patriota era desde cedo estimulada pelo Estado. Embora o sistema educacional tenha permanecido nas mãos dos estados federados após a unificação, o Império interferia diretamente no ensino público e particular. Considerava-se dever especial de professores e funcionários do governo a promoção da consciência nacional (BERGHAHN, 2005). Currículos foram atualizados e colocados de acordo com a nova realidade alemã, a de exaltação nacional em que os campos de batalha das guerras de unificação se tornaram o ápice do ensino de história. Nas escolas públicas, por exemplo, eram realizadas celebrações patrióticas em datas comemorativas, como no dia de Sedan. De acordo com as palavras de um oficial prussiano, o objetivo era “[...] cultivar nas

crianças ‘o poderoso estímulo de imitar seus pais’, os veteranos da guerra de 1870-1871, que tinham ‘arriscado tudo para assegurar as maiores bênçãos terrestres para seus descendentes’” (CHICKERING, 2010, p. 200, tradução nossa⁸).

O Estado e a idolatria da dinastia Hohenzollern eram exaltados as escolas de toda a Alemanha. Como atesta o depoimento, feito de forma retrospectiva, de um antigo estudante da escola secundária:

Tenho receio de que a maioria das escolas em pequenas cidades, particularmente aquelas nas provinciais mais orientais, fosse mais ou menos como a nossa. O nacionalismo florescia ali. A casa dos Hohenzollerns, o *kaiser* Guilherme, os príncipes e generais prussianos eram admirados, suas figuras, idealizadas. A falta de cultura intelectual deles [dos professores], seu desdém pelos valores culturais eram quase um programa oficial (FISCHER, [1913?], s.p., tradução nossa⁹).

O próprio *kaiser* Guilherme II se interessava pessoalmente pela educação e com os currículos escolares, preocupando-se especialmente com o ensino de História, que deveria valorizar mais a nação alemã e seus feitos militares. Em uma ordem direta dirigida ao Ministro de Estado Prussiano, em 1889, afirma que a grade curricular deveria dar mais relevância a acontecimentos mais recentes e contemporâneos, em uma clara referência à valorização das guerras de unificação (CLARK, 2009). Durante a década de 1890, o *kaiser* fez intervenções pessoais nas políticas escolares. Em um discurso público, declarou que o sistema escolar alemão deveria valorizar “[...] a higiene, a educação física, a redução da carga de estudos e a necessidade de uma base nacional para o currículo” (CLARK, 2009, p. 83, tradução nossa¹⁰). O objetivo era a formação de pessoas vigorosas e inteligentes, imbuídas da

⁸ Texto original: “[...] was to cultivate in children a ‘powerful stimulus to emulate their fathers’, the veterans of the war of 1870-71, who had ‘risked everything to ensure the highest earthly blessings for their descendents.’”

⁹ Texto original: “I am afraid that the majority of the schools in small towns, particularly those in the eastern provinces, were more or less like ours.

Nationalism was flourishing here. The house of the Hohenzollerns, Kaiser Wilhelm, the Prussian princes and generals were the admired, idealized figures. Their lack of intellectual education, their disdain for cultural values was almost an official program”.

¹⁰ Texto original: hygiene, physical education, reduction of the study burden and the need for a ‘national foundation’ to the curriculum”.

identidade de nação transformadora dos estudantes em futuros funcionários públicos e soldados nacionalistas, cujo único desejo seria o de servir à pátria-mãe.

O Nacionalismo como Ferramenta do Imperialismo Alemão

Como vimos, o nacionalismo, quando patrocinado pelo Estado, torna-se um facilitador para a implementação das políticas, internas ou externas, desejadas pelo corpo dirigente. Assim sendo, como a Alemanha de Guilherme II utilizou o nacionalismo alemão de forma a melhor conduzir a execução da *Weltpolitik*?

Ao final do século XIX, a condição de potência estava firmemente relacionada à posse de colônias, independente de seu valor econômico e geopolítico. Entretanto, a Alemanha se mostrava, em tempos de Guilherme II, profundamente incomodada pelo fato de uma potência como ela, tão poderosa e dinâmica, possuir apenas um pequeno percentual de territórios coloniais quando comparados a britânicos e franceses, por exemplo. A *Weltpolitik* de Guilherme II visava a sanar essa “deficiência” na história da Alemanha e seu sucesso significaria o triunfo civilizacional da nação alemã.

Sebastian Conrad (2010-I) entende que a dinâmica do nacionalismo não pode ser compreendida senão considerando a interação entre as sociedades. Desenvolve a teoria de que o nacionalismo alemão, na virada do século XIX para o XX, foi construído num contexto de globalização, no qual os alemães não apenas teriam exercido influência no estrangeiro, mas também ficado suscetíveis à influência externa, num processo de intercâmbio de ideias e mentalidade típico de uma conjuntura global. Assim sendo, o nacionalismo alemão foi pensado em função do outro e nas suas próprias particularidades que o diferenciavam dos estrangeiros e faziam do alemão uma raça imbuída de uma missão civilizatória.

Certamente, trata-se de um mundo em que o Estado-nação configura-se como ator preponderante no sistema internacional. Mas, é precisamente porque o mundo se tornava cada vez

mais internacional e globalizado que os Estados e seus cidadãos sentiam a necessidade de definirem uma mentalidade e identidade nacionais que os fizessem sentir como pertencentes a um grupo que compartilhasse valores culturais, linguísticos e identitários. São sentimentos, não ideologias, como quer Benedict Anderson (2008), criados, portanto, em função da diferenciação do outro, que forjam a identidade nacional.

De acordo com Osvaldo Coggiola (2009, p. 127), “a ‘nação’ imperialista pavimentava o caminho do Estado racista” e, como vimos, a ideia de nação sofreu importante transformação no final do século XIX, passando a ser compreendida de acordo com critérios de diferenciação étnicos e raciais, assumindo, desta forma, uma forte conotação xenofóbica e racista. A Alemanha de Guilherme II seguiu este padrão.

Os principais expoentes da *Weltpolitik*, o chanceler Bernhard von Bulow e o Almirante Alfred von Tirpitz, encontravam apoio às suas propostas expansionistas nas diversas associações nacionalistas. Elas eram compostas por diversos grupos da burguesia educada formada por intelectuais que acreditavam no benefício étnico de uma expansão alemã, formando um grupo coeso defensor do darwinismo social, e também entre industriais e empresários, para os quais o acesso ao mercado mundial prometido pela “política mundial” era extremamente atraente (CONRAD, 2010-II).

Na tabela I, podemos observar a evolução do número de membros de algumas das principais associações nacionalistas, algumas fundadas no período bismarckiano, mas que aumentaram sua intensidade participativa no reinado de Guilherme II. É interessante observar o importante crescimento dessas associações a partir de 1900, quando a *Weltpolitik* já começara a ser implementada como uma política de governo, especialmente a assombrosa multiplicação dos membros da Liga da Marinha Alemã, fundada exatamente no ano de aprovação da primeira Lei da Marinha, em 1898.

Tabela 1 – Membros das Associações Nacionalistas, 1881-1914

Ano	Liga Pangermânica	Liga da Marinha	Sociedade Colonial
1887			14838
1891	21000		17709
1893	5000		17154
1894	5742		16264
1895	7715		16474
1896	9443		17901
1897	12974		21252
1898	17364	14252	26501
1899	20488	93991	31601
1900	21735	216749	34768
1901	21924	238767	33541
1903	19068	233173	31482
1904	19111	249241	31985
1906	18445	315420	32787
1910	x	290964	39025
1912	c.17000	320174	41163
1914	x	331493	42018

Fonte: BERGHAIN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

O poder desses grupos de pressão está no fato de que grande parte de seus integrantes tinham formação universitária e estavam maciçamente presentes nos órgãos públicos. Segundo dados de Roger Chickering (2010), 76% dos líderes da Sociedade Colonial Alemã, 72% dos da Liga Naval e 54% dos da Liga Pangermânica eram servidores públicos em órgãos nacionais de alto nível e/ou professores na escola secundária.

De maneira geral, a estrutura interna formada pelos grupos de pressão, que embora pudessem causar sérios transtornos para o Estado alemão graças ao seu radicalismo, auxiliou o governo a aprovar diversas medidas e legislações que eram de seu interesse e fundamentais para a

implementação da *Weltpolitik*. Seus integrantes acreditavam que “[...] o povo era uma entidade orgânica cuja saúde requeria expansão imperial e a eliminação forçada das impurezas estrangeiras, como os judeus” (CHICKERING, 2010).

Foi, assim, um instrumento que na maioria das vezes facilitou a extração e mobilização de recursos sociais e possibilitou sua transformação em recursos materiais militares que possibilitariam a execução da política externa mundial. Sem o apoio da Liga da Marinha¹¹, por exemplo, inquestionavelmente a organização nacionalista mais poderosa e influente, o Estado dificilmente conseguiria implementar a marca registrada da *Weltpolitik*: o aumento de sua marinha de guerra e de sua capacidade militar de forma a fazer frente à Grã-Bretanha, principal e mais forte potência naval do período. As leis navais de 1898 e suas seguidas reformas foram aprovadas em sequência pelo *Reichstag* nos anos de 1900, 1906, 1908 e 1912 (CLARK, 2009). Para Volker Berghahn (2005, p. 216, tradução nossa),¹²

O que é incontestável é que as associações nacionalistas aceleraram a mobilização da população em todos os níveis. [...] Suas associações foram originalmente criadas para promover um senso de orgulho e tradição local, desenvolvimento econômico regional e turismo.

Portanto, o Estado via com bons olhos o crescimento do sentimento nacional na Alemanha, promovendo a identidade necessária para fazer a conexão dos interesses da sociedade aos “interesses nacionais”. Neste aspecto, os alemães visavam se posicionar ao lado das outras potências imperiais, cujo objetivo, meramente demagógico, era levar a civilização às sociedades “atrasadas” do mundo, em uma interpretação sociológica de caráter eugenista das teorias do biólogo Charles Darwin. A bem da verdade, o interesse dessas potências era a exploração econômica e a manutenção e/ou conquista do seu status de potência imperial.

¹¹ A Liga da Marinha contava com o apoio de influentes personagens da indústria alemã. Um dos apoiadores mais entusiásticos do programa naval e membros da Liga da Marinha, eram os magnatas da indústria de armamentos, Friedrich Krupp, e seu sucessor Gustav, que contribuíram com vultosas somas para seu desenvolvimento (CHICKERING, 2010).

¹² Texto original: “What is beyond dispute is that nationalist associations accelerated the mobilization of the population at all levels. [...] Its associations had originally been created to promote a sense of local pride and tradition, regional economic development, and tourism.”

Em 1899, Bulow, à época Secretário de Relações Exteriores, profere um inflamado discurso de alto teor nacionalista no qual relaciona a necessidade de obtenção de colônias a uma questão de segurança nacional e ainda insinua breve crítica a Bismarck, que teria se contentado a resolver disputas domésticas e não ter tido ambição suficiente que atendesse a grandeza alemã. Deixa claro a posição da Alemanha, primeira entre iguais, a respeito do direito de estar ao lado das outras potências na corrida imperial:

É hora, já é tempo [...] de considerarmos a posição que devemos adotar nos processos que estão se desdobrando em torno de nós. Processos que sustentam as futuras relações de poder, talvez por muito tempo. Permaneceremos imóveis e à margem, como fizemos com tanta frequência no passado, seja de um modesto consanguíneo ou porque fomos inteiramente absorvidos por nossas próprias disputas internas, ou mesmo por causa do doutrinairismo - sonhar ao ar livre enquanto outros tomam uma fatia da torta - isso não podemos e não permitiremos.

Está fora de questão pelo simples motivo de termos agora interesses em todas as partes do mundo. [...] O rápido crescimento de nossa população, a expansão sem precedentes da nossa indústria, a industriiosidade de nossos comerciantes, em suma, a vitalidade fenomenal do povo alemão nos integraram à economia mundial e nos atraíram para a política internacional. Se os britânicos falam da Grã-Bretanha, se os franceses falam da Nova França, se os russos se mudam para a Ásia, nós também temos direito a uma Grande Alemanha. Não no sentido de conquistas militares, mas, na verdade, no sentido de uma expansão pacífica do nosso comércio e suas bases. [...] Não podemos nem toleramos um retorno ao status quo às custas do povo alemão (VON BULOW, 1899, s.p., tradução nossa¹³).

¹³ Texto original: “It’s time, it’s high time for us (...) to consider the position we must adopt on the processes that are unfolding all around us, processes that bear the seeds of future power relations, perhaps for a long time to come. To remain immobile on the sidelines, as we have done so often in the past, either from an inbred modesty or because we have been entirely absorbed by our own inner disputes, or even because of doctrinairism – to daydream on the sidelines while others take a slice of the pie – this we cannot and will not permit.

It is out of the question for the simple reason that we now have interests in all parts of the world. [...] The rapid growth of our population, the unprecedented expansion of our industry, the industriousness of our merchants, in short, the phenomenal vitality of the German people have integrated us into the world economy and drawn us into international politics. If the British speak of Greater Britain, if the French speak of Nouvelle France, if the Russians move into Asia, we too have the right to a Greater Germany. Not in the sense of military conquests, but, indeed, in the sense of a peaceful expansion of our commerce and its bases. (...) We cannot and will not tolerate a return to the status quo at the expense of the German people”.

Havia realmente uma preocupação com a criação de uma “Nova Alemanha”. Contudo, a ideia era derivada de uma inquietação com a emigração de alemães para países onde seriam absorvidos pela cultura local, o que levaria a uma perda de “poder nacional” e da “germanidade” (*Germanness*) desses colonos. Desta forma, desenvolveu-se uma política de regulamentação de emigração e de estabelecimento de colônias. A condução do fluxo emigratório tornou-se um dos argumentos mais poderosos para defesa da Alemanha como potência imperialista. Pensava-se que, redirecionando o fluxo para locais onde a cultura alemã poderia florescer, se evitaria a “perda de poder nacional” e se reteriam os produtos originários do trabalho de alemães. O conceito de disseminação da cultura alemã ganhou popularidade com a ideia de missão civilizatória, na qual os alemães seriam responsáveis por levar a modernidade e a civilização alemãs para outras partes do mundo (CONRAD, 2010-I).

Apoiado pelas ligas nacionalistas, o Estado alemão, chegado tardiamente na corrida colonial, enfatiza, política e ideologicamente, a superioridade nacional de seu povo, cujo destino era a condução de uma missão civilizatória de terceira via entre a proposta ocidental representada pelo colonialismo franco-britânico e o “barbarismo” oriental (CONRAD, 2008). Não que esse “fardo do homem branco” fosse exclusividade dos alemães. Servia como justificativa para quase toda nação de origem europeia (aí incluídos os Estados Unidos) em seus empreendimentos colonialistas. Carregada por teorias eugenistas e pseudocientíficas como o darwinismo social, cuja ideologia carregava uma ideia de supremacia europeia perante outras sociedades, havia na Europa certa noção de que a dominação colonial era um empreendimento justo e até benéfico à humanidade, uma vez que trazia a civilização a povos vistos como “atrasados” (COGGIOLA, 2009).

De certa maneira, Guilherme II dá continuidade à ideia de Bismarck de promoção de um nacionalismo patrocinado pelo Estado, ou nacionalismo oficial. No período bismarckiano (1871-1890), a intenção era alcançar a coesão interna em torno do nacionalismo, de forma que este superasse outros níveis identitários. Já no período guilhermino, tanto o Imperador quanto seus principais conselheiros e boa parte da classe dirigente, composta por industriais, militares e *Junkers*

(aristocracia prussiana composta principalmente por proprietários de terras) consideravam que essa coesão interna já era forte o suficiente para que a Alemanha desse o passo seguinte rumo à disputa pelo poder global. É no período guilhermino que as instituições nacionais assumem maior protagonismo quando comparadas às instituições políticas das unidades federativas, dominadas por servidores públicos de origem prussiana.

A importância dos ministérios federais aumentou a ponto de, no final do século [XIX], as pessoas se referirem a uma “administração do Reich” (*Reichleitung*) e a um “governo imperial” (*Reichsregierung*) quando Bethmann Hollweg era chanceler. Houve um declínio correspondente na influência do *Bundesrat*, que fora o epicentro do sistema de Bismarck. O governo federal às vezes deixava de consultar os estados, apresentando projetos de lei diretamente ao *Reichstag* (KITCHEN, 2013, p. 233).

Com o Estado forte e coeso, potencialmente mais centralizado, o *kaiser* e seus chanceleres (especialmente Bernhard von Bulow, talvez o grande arquiteto da *Weltpolitik*) conseguem aprovar leis tarifárias cujas arrecadações eram rapidamente transformadas especialmente em investimentos militares e navais. Esses investimentos saíam mesmo que para isso Guilherme, a exemplo de Bismarck, dissolvesse o *Reichstag*, como no caso da aprovação da lei do exército, de 1893 (CLARK, 2009). De acordo com o pensamento dos tomadores de decisão, estes eram os principais elementos que proporcionariam a execução da política mundial expansionista alemã.

A internacionalização cada vez maior do comércio e da política entre os países era considerada, por muitos alemães do período, um processo natural de desenvolvimento civilizacional, uma vez superado o processo de criação e organização do Estado-nação. Na Alemanha guilhermina, aliás, o nacionalismo começa a penetrar estratos médios e baixos da sociedade, alcançando certa popularização (CONRAD, 2008). Ademais, como lembra Hobsbawm (2016), os políticos do período estavam conscientes dos potenciais benefícios e atrativos do imperialismo. Nada mais atraente, para uma mente europeia, do que uma “aventura colonial” a um país exótico na África, Ásia ou América do Sul. Assim, o imperialismo foi também uma forma encontrada pelos líderes de Estado de encorajar as massas a unirem-se em torno de um bem comum, de alinharem o interesse da população

aos “interesses nacionais” determinados por eles e conferindo legitimidade ao sistema social e político representado pelo Estado.

Numa palavra, a Alemanha já se considerava internamente forte o suficiente para entrar na “corrida imperialista” e as forças do Estado se voltariam não mais para o fortalecimento da identidade interna, mas para a condução de uma política externa expansionista reforçada pela noção nacional da “raça alemã” e sua missão civilizatória.

O testemunho de Eyre Crowe, funcionário do Departamento de Assuntos Estrangeiros da Grã-Bretanha, datado de 1907, é revelador do estado de espírito que dominava o governo alemão e boa parte de sua população, ao menos no que diz respeito àqueles diretamente interessados no sucesso da *Weltpolitik*.

Com os acontecimentos de 1871, o espírito da Prússia passou para a nova Alemanha. Em nenhum outro país existe uma convicção tão profundamente enraizada no próprio corpo e alma de todas as classes da população de que a preservação dos direitos nacionais e a realização dos ideais nacionais repousam absolutamente na prontidão de cada cidadão, como último recurso, e seu Estado em sua afirmação e reivindicação. Com "sangue e ferro", a Prússia havia forjado sua posição nos conselhos das grandes potências da Europa. No devido tempo, aconteceu que, com o ímpeto dado a cada ramo da atividade nacional pela recém-conquistada unidade e, mais especialmente, pelo crescente desenvolvimento do comércio exterior que flui em volume cada vez maior através dos novos portos imperiais das independentes porém politicamente insignificante, cidades hanseáticas, o jovem império encontrou aberta à sua energia um mundo inteiro fora da Europa, do qual antes mal havia tido a oportunidade de se tornar mais do que vagamente consciente. [...] O efeito dessa descoberta na mente alemã foi curioso e instrutivo. Ali estava uma vasta província de atividade humana, para a qual o mero título e posição de uma Grande Potência Europeia não era em si um passaporte suficiente. Aqui, em um campo de magnitude portentosa, superando por completo as proporções dos países europeus, outros, que talvez tenham sido menosprezados como pessoas comparativamente menores, estavam em casa e comandados, enquanto a Alemanha era, na melhor das hipóteses, recebida, mas como hóspede de honra. Aqui havia uma desigualdade distinta, com um forte viés em favor dos poderes marítimos e colonizadores.

Tal estado de coisas não era bem-vindo ao orgulho patriótico alemão. A Alemanha conquistou seu lugar como uma das líderes, senão de fato a principal potência do continente europeu. Contudo, acima das grandes potências europeias parecia haver

as "Potências Mundiais". Ficou claro que a Alemanha deveria se tornar uma "Potência Mundial".

Enquanto isso, o sonho de um Império Colonial havia se apoderado da imaginação alemã. Imperador, estadistas, jornalistas, geógrafos, economistas, casas comerciais e marítimas e toda a massa de opinião pública educada e sem instrução continuam com uma voz a declarar: devemos ter verdadeiras colônias onde os emigrantes alemães podem se estabelecer e difundir os ideais nacionais da pátria mãe e devemos ter uma frota e estações de carvão para manter juntas as colônias que estamos obrigados a adquirir (CROWE, 1907, s.p., tradução nossa¹⁴).

O movimento imperialista aparecia como evolução natural e de direito da moderna e desenvolvida nação germânica. O impressionante crescimento econômico alemão no último quartel do século XIX evidenciava, para os líderes alemães, que uma política mundial expansionista era algo lógico e natural dentro do processo desenvolvimentista e civilizacional do império. Nas palavras de Bernhard von Bulow: “[...] nós não mergulhamos na política mundial, nós crescemos, por assim dizer, na nossa tarefa dentro desta esfera, e nós não trocamos a velha política europeia da Prússia e

¹⁴ Texto original: “With the events of 1871 the spirit of Prussia passed into the new Germany. In no other country is there a conviction so deeply rooted in the very body and soul of all classes of the population that the preservation of national rights and the realization of national ideals rest absolutely on the readiness of every citizen in the last resort to stake himself and his State on their assertion and vindication. With "blood and iron" Prussia had forged her position in the councils of the Great Powers of Europe. In due course it came to pass that, with the impetus given to every branch of national activity by the newly-won unity, and more especially by the growing development of overseas trade flowing in ever-increasing volume through the now Imperial ports of the formerly "independent" but politically insignificant Hanse Towns, the young empire found opened to its energy a whole world outside Europe, of which it had previously hardly had the opportunity to become more than dimly conscious. [...] The effect of this discovery upon the German mind was curious and instructive. Here was a vast province of human activity to which the mere title and rank of a European Great Power were not in themselves a sufficient passport. Here in a field of portentous magnitude, dwarfing altogether the proportions of European countries, others, who had been perhaps rather looked down upon as comparatively smaller folk, were at home and commanded, whilst Germany was at best received but as an honoured guest. Here was distinct inequality, with a heavy bias in favour of the maritime and colonizing Powers. Such a state of things was not welcome to German patriotic pride. Germany had won her place as one of the leading, if not, in fact, the foremost Power on the European continent. But over and beyond the European Great Powers there seemed to stand the 'World Powers'. It was at once clear that Germany must become a 'World Power'. [...] Meanwhile the dream of a Colonial Empire had taken deep hold on the German imagination. Emperor, statesmen, journalists, geographers, economists, commercial and shipping houses, and the whole mass of educated and uneducated public opinion continue with one voice to declare: We *must* have real Colonies, where German emigrants can settle and spread the national ideals of the Fatherland, and we *must* have a fleet and coaling stations to keep together the Colonies which we are bound to acquire”.

da Alemanha pela nova política mundial” (HEWITSON, 2010, p. 52).¹⁵ Fica claro, desta forma, que os alemães não percebiam a *Weltpolitik* necessariamente como algo novo, mas a encaravam como uma expansão natural de sua política para a Europa. Além disso, o Reich estimula investimentos para além de sua fronteira, que alcançam certa popularidade especialmente entre os bancos e os barões da ferrovia, o que também deve ser visto em conectividade com a demanda pela expansão imperialista (BERGHAHN, 2005)

Neste aspecto, o caso da ferrovia Berlim-Bagdá é emblemático. Concebida no início da década de 1900, seus objetivos estavam vinculados à construção de uma nova via de transporte de passageiros, mas visavam principalmente facilitar o acesso alemão ao petróleo do Oriente Médio e às suas colônias africanas. Seu desígnio vinculava-se ao ganho de prestígio da nação e da cultura alemã, um projeto que levava a civilização à “barbárie” oriental, representada, neste caso, pelos turco-otomanos. Com apoio do *kaiser*, financiamento (especialmente do *Deutsche Bank*) e presença de engenheiros e demais trabalhadores alemães no projeto, a construção da ferrovia foi iniciada, embora tenha sido abortada pouco antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (JOLL; MARTELL 2007; MULLIGAN 2010). Entretanto, um dos objetivos alemães foi obtido, já que a influência do Reich fez-se sentir mais tarde, quando o Império Otomano se aliou à Alemanha ainda no início de 1915, já no decorrer do conflito.

Outra maneira de se extrair e mobilizar recursos, segundo Taliaferro (2009), seria através da intervenção indireta na economia nacional, ao aplicar cobranças de novas taxas e com a criação de novos impostos de modo a financiar o crescimento do poder econômico e militar. Mark Hewitson (2010) lembra que houve importante aumento de tarifas e impostos na era guilhermina. Seu objetivo era cobrir os gastos da política administrativa e de seguridade social, mas também, e não menos relevante, de financiar o desenvolvimento das forças armadas. A lei da marinha, de 1898, e suas seguidas reformas, são exemplos de como a Alemanha de Guilherme atuou neste segmento,

¹⁵ Texto original: “We did not plunge into world politics, we grew, so to speak, into our task in that sphere, and we did not exchange the old European policy of Prussia and Germany for the new world policy”.

transformando impostos e tarifas e materializando-os em recursos bélicos com o evidente objetivo de sustentar a política externa imperialista.

A tabela II, abaixo, demonstra a evolução da receita ordinária do Reich entre 1901 e 1914. Chama a atenção a diversidade da arrecadação, que vai dos impostos diretos (imposto sobre o selo e taxas sobre consumo) às tarifas e taxas bancárias.

Tabela 2 – Receita Ordinária do Reich, 1901-1914 (em milhões de marcos)

Fonte	1901	1906	1909	1913	1914
Imposto sobre selo	84.0	138.6	171.4	258.6	183.1
Tarifas	478.9	557.7	660.2	679.3	560.8
Taxas sobre consumo	333.2	378.4	485.7	659.7	775.8
Banco do Reich	12.8	29.2	16.4	34.7	X
Outros (renda de fundo e taxas administrativas)	94.4	93.3	196.6	229.9	118.3

Fonte: BERGHAHN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

Já a tabela III demonstra o aumento dos gastos do Reich. O percentual dedicado aos armamentos se mostra estável na era guilhermina, ostentando a incrível média de 89,2% no período entre 1890 e 1914.

Tabela 3 – Aumento dos gastos do Reich, 1872-1913 (em milhões de marcos)

Ano	Armamentos		Administração		Subsídio de Segurança Social	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
1872-75	822.1	98.3	14.0	1.7		
Ano	Armamentos		Administração		Subsídio de Segurança Social	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
1876-80	583.1	94.4	34.2	5.6		
1881-85	460.8	95.0	24.0	5.0		
1886-90	818.1	95.3	32.8	3.8	7.5	0.9
1891-95	882.9	93.9	40.1	4.3	17.3	1.8
1896-00	841.1	90.8	62.4	6.7	22.8	2.5
1901	1162.9	90.4	94.8	7.4	28.1	2.4
1902	1122.8	88.7	112.2	8.8	30.4	2.5
1903	1105.7	85.6	109.1	8.4	33.7	2.6
1904	1152.2	87.9	117.6	9.0	40.6	3.1
1905	1233.5	88.4	116.9	8.4	42.0	3.2
1906	1358.2	88.4	131.6	8.5	45.8	3.1
1907	1631.1	88.4	121.7	6.6	90.7	5.0
1908	1463.7	89.2	122.1	7.5	54.1	3.3
1909	1593.6	89.2	134.6	7.6	58.2	3.2
1910	1771.3	89.5	146.8	7.4	61.9	3.1
1911	1707.5	88.6	152.4	7.9	66.8	3.5
1912	1781.3	89.4	146.2	7.3	65.2	3.3
1913	2406.4	90.1	176.0	6.6	87.9	3.3

Fonte: BERGHAHN, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914.** New York: Berghahn Books, 2005.

O estudo comparativo das tabelas II e III nos dá indícios de como o Reich conseguiu arrecadar dinheiro para investir pesadamente em armamentos, a partir de 1900. A aprovação de leis tarifárias aumenta a arrecadação em taxas sobre consumo e tarifas (tabela 2) ao passo que o aumento dos gastos com o setor militar aumenta ano a ano, especialmente a partir de 1904 (tabela 3). A

aprovação da primeira lei de desenvolvimento de uma grande marinha de guerra, no final da década de 1890, é um dos motores que impulsionaram o aumento desses gastos. Na tabela 3 percebemos que, a partir de 1896, há uma estabilização no percentual de gastos do Estado em armamentos em algo em torno de 90%. Entretanto, o investimento bruto aumentou, o que pode comprovar a eficácia das leis tarifárias de Guilherme II em aumentar a arrecadação do Reich.

Conclusão

James Retallack (2010) afirma que a divisão feita pelos historiadores do II Reich entre a era bismarckiana e a era guilhermina pode trazer certos problemas ao desconsiderar as continuidades existentes durante o processo histórico do Império Alemão e enfatizar demasiadamente uma suposta ruptura após a queda de Bismarck, em 1890. Segundo ele, as visões contrastantes entre as duas “eras” são verdadeiramente plausíveis, porém, corre-se o risco de se avaliar a Alemanha de Bismarck como retrógrada e conservadora, ao passo que o período sob Guilherme II se destacaria pela afirmação da modernidade no país. É necessário dizer, portanto, que diversos avanços da “modernidade” da era guilhermina se iniciaram, frutificaram ou tiveram lançadas suas raízes no período anterior. Inclusive a entrada da Alemanha na competição por colônias¹⁶, que, como vimos, era à época visto como o próximo passo necessário rumo ao desenvolvimento civilizacional. Outros fatores também podem ser citados, como, por exemplo, as legislações sociais implementadas por Bismarck, o crescimento e o desenvolvimento do sistema partidário alemão, o sufrágio universal masculino, dentre outros.

É neste sentido que encaramos a formação da *Weltpolitik*, como uma continuidade dentro do processo histórico de desenvolvimento do Estado alemão. A elaboração de uma política externa mais ambiciosa só foi possível graças à coesão nacional alcançada pela Alemanha, já em fins da década de 1880. Desta forma, a *Weltpolitik* se torna um desenvolvimento quase que natural da *Realpolitik* de Bismarck, caracterizada pela proeminência de uma posição de *détente*. Opera-se, portanto, uma

¹⁶ O marco deste processo é o Congresso de Berlim, de 1885, que ficou conhecido na história como “a partilha da África”.

mudança de rumo, é certo, que rompe com as diretrizes bismarckianas, mas configura-se como uma política que foi possibilitada graças ao que fora anteriormente estabelecido e proporcionado pelas próprias políticas de Bismarck.

A *Weltpolitik* faz parte de um contexto mais amplo de políticas expansionistas implementadas pelos Estados, na medida em que as nações estavam concentradas na chamada corrida imperialista, cuja busca pela expansão de mercados e zonas de influência dominava as ações de política internacional global do período. A chegada de novos atores (países com padrão de potência) a esta corrida – especialmente Estados Unidos e Japão ao lado da Alemanha, mas também Itália, Bélgica e outros países de menor relevância – era regra, não exceção (HOBSBAWM, 2016).

Por meio de estratégias voltadas para o controle do nacionalismo e sua implementação como uma política de Estado, a Alemanha se apoia no esforço de identificar os interesses do Estado como interesses do povo, transmutando-os em “interesses nacionais” a fim de obter apoio popular e recursos sociais, políticos, militares e econômicos para execução da *Weltpolitik*. Essa era uma ideia imposta de cima para baixo, do Estado para a sociedade, por meio da instrumentalização de diversos recursos e atividades, como a educação, o apoio a grupos econômicos e a exaltação do militarismo, de tal maneira que houvesse a sensação de sintonia de interesses, unidade e coesão nacional entre os alemães.

A implementação de tal política, agressiva e ambiciosa, não teria sido possível se não houvesse a coesão interna necessária que possibilita a identificação dos objetivos da sociedade com os “interesses nacionais” assim definidos pelo Estado. A coesão nacional já era evidente ao fim do período bismarckiano, mas Guilherme II busca intensificá-la. Promove mudanças no currículo das escolas públicas de forma a exaltar a história da Alemanha e o destino da raça germânica; força e influencia na aprovação de leis no parlamento que favorecem os grupos que apoiam sua política externa; realiza pesados investimentos estatais na indústria bélica; promove o apoio e o financiamento, através de bancos nacionais, de empreendimentos aventureiros de empresas alemãs na periferia mundial; reforça a necessidade de desenvolvimento tecnológico; consegue utilizar, em um

primeiro momento, a força das associações nacionalistas e coloniais de forma a divulgar a sua nova política externa, relacionando-a, inclusive, com uma questão de segurança nacional e a uma questão de direito do povo alemão. Desta maneira, embora nunca sem conflitos, a extração e mobilização de recursos sociais e sua transmutação em apoio às ações da *Weltpolitik* se dá de maneira mais simples e espontânea.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes:

ALEMANHA. Constituição do Império Alemão de 1871. His Majesty the King of Prussia in the name of the North German Federation, His Majesty the King of Bavaria, His Majesty the King of Württemberg, His Royal Highness the Grand Duke of Baden and His Royal Highness the Grand Duke of Hesse and by Rhine... **Reichsgesetzblatt**, Berlim, 16 de abr. 1871. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=1826>. Acesso em: 03 abr. de 2018.

BULOW, Bernhard von. **Uma Política Externa Dinâmica**. Discurso, 11 dez. 1899. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=779>. Acesso em: 03 abr. 2018.

CROWE, Eyre. **Percepções sobre a política externa alemã na Inglaterra**. Memorando, 1º de jan. de 1907. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=784>. Acesso em: 22 de abr. 2018.

FISCHER, Gottfried Berman. **A Escola Secundária para Garotos: Memórias de um estudante do Ensino Médio na cidade de Glewitz às vésperas da Primeira Guerra Mundial**. [Alemanha]. Memórias [1913?]. Disponível em: <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=742>. Acesso em: 26 abr. 2018.

2. Referências Bibliográficas:

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BERGHahn, Volker. **Imperial Germany: economy, society, culture and politics – 1871-1914**. New York: Berghahn Books, 2005.

CHESNEY, Marc. 2020. **A crise permanente: o poder crescente da oligarquia financeira e o fracasso da democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

- CHICKERING, Roger. Militarism and Radical Nationalism. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CLARK, Christopher. **Kaiser Wilhelm II: a life in power**. Londres: Penguin Books, 2009.
- COGGIOLA, Osvaldo. **As Grandes Depressões (1837-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.
- CONRAD, Sebastian. Globalization effects: mobility and nation in Imperial Germany, 1889-1914. **Journal of Global History**, v. 3, n. 1, p. 43-66, 2008.
- _____. **Globalisation and the Nation in Imperial Germany**. New York: Cambridge University Press, 2010-I.
- _____. Transnational Germany. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010-II.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Mathew. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FRIEDBERG, Aaron. **A Contest for Supremacy: China, America, and the struggle for mastery in Asia**. New York and London: W. W. Norton & Company, 2012.
- HEWITSON, Mark. Wilhelmine Germany. In: RETALLACK, James. (Org.). **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- _____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- JOLL, James & MARTELL, Gordon. **The Origins of the First World War**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.
- KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- MANN, Thomas. **O Súdito**. São Paulo: Editora Madalena, 2014.
- MULLIGAN, William. **The Origins of the First World War**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- RATHBUN, Brian. A rose by any other name: Neoclassical realism as the logical and necessary extension of structural realism. **Security Studies**, v. 17, n. 2, p. 294-321, 2008.
- RETALLACK, James, org., **Imperial Germany: 1871 – 1918**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- TALIAFERRO, Jeffrey W. Neoclassical realism and resource extraction. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (Eds.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ZAHREDINNE, Danny; STARLING, Bruno. Por um Lugar ao Sol: a política externa alemã de Otto von Bismarck a Guilherme II (1871 – 1914). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 1, p. 213-239, jan/jun 2020.